



Antípoda. Revista de Antropología y
Arqueología

ISSN: 1900-5407

antipoda@uniandes.edu.co

Universidad de Los Andes
Colombia

Falco Genovez, Patricia; dos Santos, Mauro Augusto; Zamprogno Scalzer, Simone
O processo de formação do município de Santa Teresa (Espírito Santo) à luz de algumas
teorias sobre migrações

Antípoda. Revista de Antropología y Arqueología, núm. 25, mayo-agosto, 2016, pp. 121-
139

Universidad de Los Andes
Bogotá, Colombia

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=81445854007>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

O processo de formação do município de Santa Teresa (Espírito Santo) à luz de algumas teorias sobre migrações*

Patricia Falco Genovez**

Mauro Augusto dos Santos***

Simone Zamprogno Scalzer****

Universidade Vale do Rio Doce, Brasil

DOI: <http://dx.doi.org/10.7440/antipoda25.2016.06>

Artículo recibido: 6 de agosto de 2015; aceptado: 12 de diciembre de 2015; modificado: 21 de enero de 2016

Resumo: A migração é um fenômeno complexo que implica vários fatores, dentre eles as condições de vida e oportunidades de emprego nos países de origem e destino, além da existência de uma possível tradição migratória. Nesse sentido, as teorias que explicam as migrações representam, neste artigo, um referencial teórico inicial para explicar o fluxo migratório do Norte da Itália para o estado do Espírito Santo (Brasil), especificamente, para o município de Santa Teresa, denominada inicialmente como Núcleo Timbuy, a partir de 1874-1875. A análise do referencial teórico será complementada por uma pesquisa bibliográfica, documental e de campo (seleção de seis entrevistas com descendentes de imigrantes, oriundos das famílias

* Este artigo é parte de um projeto de pesquisa amplo que abarca a formação histórica do território da Bacia do Rio Doce. Essa temática, entre outras, compõe a linha de pesquisa Território, Migração e Cultura do Mestrado Interdisciplinar Gestão Integrada do Território/Univale (MG/Brasil). O assunto específico do processo migracional que formou o território da cidade de Santa Teresa foi tema da pesquisa de mestrado da co-autora Simone Zamprogno Scalzer e integrou o projeto de pesquisa A Lógica territorialista e os desmembramentos municipais na Bacia do Rio Doce, coordenado pela co-autora Patricia Falco Genovez e contribuição de pesquisa do co-autor Mauro Augusto dos Santos, com financiamento da FAPEMIG.

** Doutora em História. Universidade Federal Fluminense, Brasil. Dentre as últimas publicações destaca-se: co-autor em "Itueta-MG e a singularidade de seus tempos e espaços: Narrativas da erradicação de uma cidade". *Anthropos*. 110:99-117, 2015. "Entre o território comunitário e território societário: os impactos da realocação de Itueta-MG". *Geografia* 22:139-158, 2014. ✉patricia.genovez@superig.com.br

*** Doutor em Demografia. Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil. Dentre as últimas publicações destaca-se: Co-autor em "Os italianos e seus descendentes no Vale do Rio Doce, em Minas Gerais: a chegada dos italianos e a emigração dos descendentes para Itália". Em *Narrativas de Gênero-Relatos de História Oral: experiências de italo-brasileiros na Itália Contemporânea*, compilado pelo Luís Fernando Beneduzi e Gláucia de Oliveira Assis, 191-215. Vitória: EDUFES. Co-autor em "Minas Gerais e o marco inicial da ocupação do cerrado brasileiro: o papel do Estado". *Redes* 19: 261-275, 2014. ✉mauroasantos@gmail.com

**** Mestre em Gestão Integrada do Território. Universidade Vale do Rio Doce, Brasil. Dentre as últimas publicações destaca-se: *O Núcleo Timbuy/Santa Teresa (ES) entre a Memória e a História*. Rio de Janeiro: Multifoco, 2015. Co-autor em "Visões e Percepções da Imigração Italiana para o Espírito Santo: o caso da configuração territorial do Núcleo Timbuy (atual Santa Teresa)". *Revista de Economia Política e História Econômica* 35: 224-245, 2016. ✉zamprognos@yahoo.com.br

mais antigas que se estabeleceram e permaneceram em Santa Teresa). Com o referencial teórico apresentado, podemos confirmar que: o processo migratório para o Espírito Santo foi impulsionado por fatores de repulsão no Norte da Itália no século XIX e fatores de atração no território desse estado brasileiro; houve auxílio de instituições agenciadoras; preexistência de uma cultura migratória entre os italianos e a formação de redes sociais que davam informações de Santa Teresa para familiares e compatriotas. Além disso, a migração representou a possibilidade de manter a unidade familiar e impulsionar melhorias financeiras.

Palavras-chave: Itália, Brasil, Espírito Santo (Thesaurus); migração internacional, Santa Teresa (palabras-chave do autor).

The Formation of the Municipality of Santa Teresa (Espírito Santo) in Light of Some Migratory Theories

Abstract: Migration is a complex phenomenon where several factors interfere; for instance, living conditions and employment opportunities in origin countries and destination places, as well as, the migration tradition of a given community. Therefore, this article first presents a theoretical framework in order to explain the migratory flow from Northern Italy to Brazil (state of Espírito Santo), in particular, the case of the municipality of Santa Teresa, which was initially referred to as the Timbuy settlement, from 1874-1875 onwards. Together with some bibliographical research, historical documents and field work supplements, this theoretical analysis is further developed with six interviews with descendants of immigrants from the oldest families settled and raised in Santa Teresa. According to our findings, it can be concluded that migration to Espírito Santo was encouraged by, push factors in northern Italy in the nineteenth century and, pull factors in the Espírito Santo state itself. Aid was provided by some intermediary institutions, signaling the migration culture in Italy and strong networks through which people were kept informed about their relatives and fellow citizens. Likewise, migration was itself the possibility to maintain strong family bonds and secure better financial prospects.

Keywords: International Migration, Italy, Brazil (Thesaurus); Espírito Santo, Municipality of Santa Teresa (author's keywords).

El proceso de formación del municipio de Santa Teresa (Espírito Santo) a la luz de algunas teorías acerca de migraciones

Resumen: La migración es un fenómeno complejo que implica varios factores, entre ellos las condiciones de vida y oportunidades de empleo en los países de origen y destino, además de la existencia de una posible tradición migratoria. En tal sentido, las teorías que explican las migraciones representan, en el artículo, un marco teórico inicial para explicar el flujo migratorio desde el Norte de Italia hacia el departamento de Espírito Santo (Brasil), específicamente, hacia el municipio de Santa Teresa, denominada inicialmente

Núcleo Timbuy, a partir de 1874-1875. El análisis del marco teórico se complementará con una investigación bibliográfica documentaria y de campo (selección de seis entrevistas con descendientes de inmigrantes, oriundos de las familias más antiguas que se establecieron y permanecieron en Santa Teresa). Con el marco teórico presentado, podemos confirmar que el proceso migratorio hacia el Espírito Santo fue impulsado por factores de repulsión en el Norte de Italia en el siglo XIX y factores de atracción en el territorio de ese estado brasileño; hubo auxilio de instituciones agenciadoras; preexistencia de una cultura migratoria entre italianos y la formación de redes sociales que les daban informaciones de Santa Teresa a familiares y compatriotas. Igualmente, la migración representó la posibilidad de mantener la unidad familiar e impulsar mejorías financieras.

Palabras clave: Migración internacional, Italia, Brasil (Thesaurus); Espírito Santo, Santa Teresa (palabras clave del autor).

Os fluxos migratórios internacionais ocorreram em diversos momentos da história. Alguns deles foram responsáveis pela colonização e/ou povoamento de algumas áreas da América. Vários fatores podem ser levados em conta na análise desses movimentos migratórios, dentre eles as condições de vida e oportunidades de emprego nos países de origem e destino, além da existência de uma possível tradição migratória. Assim, o objetivo deste artigo é, por meio de algumas teorias que explicam as migrações, analisar o fluxo migratório do Norte da Itália para o estado do Espírito Santo (Sudeste do Brasil), especificamente, para o município de Santa Teresa, a partir de 1874/1875¹ -denominada, inicialmente, como Núcleo Timbuy. A análise do referencial teórico será complementada por uma pesquisa bibliográfica, documental e de campo (seleção de seis entrevistas com descendentes de imigrantes, oriundos das famílias mais antigas que se estabeleceram e permaneceram em Santa Teresa).

Dentre as diversas teorias existentes ligadas às áreas da Economia, Demografia e Sociologia que explicam esse complexo objeto de estudo que é a migração, selecionamos aquelas que dialogam com o contexto de Santa Teresa em seu momento inicial de formação, são elas: 1) fatores de *push e pull*, 2) seletividade dos migrantes, 3) análises institucionais, 4) a cultura migratória e as redes migratórias e 5) abordagem com foco na família e no domicílio. Esse recorte nos permite averiguar a existência de algumas características marcantes no caso de Santa Teresa no que se refere às motivações para a migração, ao perfil do imigrante, à formação de redes sociais que favoreceram esse movimento e à atuação de instituições para sua consolidação.

1 Os primeiros imigrantes italianos se estabeleceram no Núcleo Timbuy em 1874, após abandonarem a fracassada Colônia Nova Trento, de Pietro Tabacchi. Contudo, a primeira leva oficial de imigrantes ocorreu em 1875.

Os fatores de *push* e *pull*

Ressaltamos, no contexto das teorias que explicam o fenômeno da migração, o pioneirismo de Ravenstein (1980), que analisou as migrações internas na Inglaterra a partir dos dados dos Censos de 1871 e 1881. Partindo de alguns pressupostos, Ravenstein postulou suas leis sobre a migração, que, apesar das críticas de outros teóricos, representaram um primeiro passo na tentativa de se compreender os motivos que levam os indivíduos a migrarem. Lee (1980), partindo das proposições feitas por Ravenstein, propôs que, em todo movimento migratório, sempre haverá um local de origem, um local de destino e uma série de obstáculos intervenientes que deverão ser vencidos pelo migrante. Todo lugar para o migrante em potencial -incluindo o local de origem- apresentaria, segundo Lee, fatores de expulsão (*push*), que tenderiam a estimular as pessoas a deixá-lo; fatores de atração (*pull*), que tenderiam a manter as pessoas nesse local, e fatores neutros. As pessoas tenderiam a não migrar, pois existiria uma “inércia natural” que só seria vencida caso o saldo em favor da migração fosse fortemente positivo. Depois de Lee, vários autores analisaram o fenômeno da migração pautando suas análises nos fatores de *push* e *pull* nos locais de origem e destino (Lewis 1954; Ranis e Fei 1961, Sjaastad 1962; Todaro 1969; Harris e Todaro 1970), assim como conjugaram esse tipo de análise com abordagens motivacionais da tomada de decisão de migrar (Harbison 1981). Podemos levantar alguns fatores de *push* e *pull* responsáveis pela migração do Norte da Itália para Santa Teresa, no Espírito Santo.

A partir desses pressupostos, podemos considerar uma série de fatores de repulsão (*push*) que se configuraram no Norte da Itália, área de origem do fluxo migratório estudado, e alguns fatores de atração (*pull*) no Brasil e na Província do Espírito Santo. Esses fatores levaram parte da população do Norte da Itália a se deslocar para o Brasil e, especificamente, para Santa Teresa (Núcleo Timbuy), no Espírito Santo. Os autores que versam sobre essa temática -dentre os quais destacamos Grosselli (2008), Trento (1989), Busatto (2002) e Derenzi (1974)-, abordam as causas que levaram milhares de italianos do Norte da Itália, principalmente das regiões de Trento e Vêneto, a abandonarem sua terra e migrar para o Brasil. Os mesmos autores apresentam os interesses dos governos do Brasil e do Espírito Santo em atraírem esses imigrantes e as propostas de trabalho que lhes foram feitas.

Fatores de *Push* do Norte da Itália (século XIX)

A partir dos autores que trataram do tema imigração italiana para o Brasil e, mais especificamente, para o Espírito Santo (Grosselli 2008; Trento 1989; Busatto 2002; Derenzi 1974), é possível indicar que um cenário desfavorável ao camponês do Norte da Itália estava se configurando desde a segunda metade do século XIX. De um modo geral, esses autores apontam: o desenvolvimento do capitalismo que expulsou boa parte dos camponeses de sua terra; a superpopulação; a falta de terras para cultivar devido ao reduzido tamanho dos terrenos; o relevo muitas vezes acidentado e o solo varrido por seguidas enchentes; os altos tributos; a insegurança e o medo em

meio às guerras pela unificação; o redimensionamento das fronteiras com a Áustria; a miséria, a fome e as doenças que atingiam muitas famílias em regiões de fronteira mais ao norte da recém-unificada Itália.

Desses males, as guerras talvez fosse o mais cruel. O processo de unificação italiano, iniciado em 1848 e finalizado por volta de 1870, foi responsável por uma série de conflitos e guerras que deixaram em situação precária a população do Norte da Itália, local de origem da maioria dos imigrantes que se dirigiram para o Núcleo Timbuy (Nardi 2007; Cavati 1973; Derenzi 1974; Posenato 1997; Vieira 2008). Durante um longo período, a população do Norte da Itália viveu em meio a um campo de batalhas pelo fato de a região ser disputada por França e Áustria (Cavati 1973, 13). O relato de AF² (2014, informação verbal) ilustra como esses conflitos geraram certa confusão entre os registros de nascimento e as referências do local de nascimento relatadas quando da entrada de vários imigrantes na então Província do Espírito Santo. Nosso informante contou-nos que sua mãe, Mônica Corona, era natural do Trentino Alto Ádige, região de fronteira com a Áustria e possuía registro de nascimento como austríaca; entretanto, autodenominava-se italiana. Em seu registro de entrada no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (Projeto Imigrantes, Arquivo Público do Estado do Espírito Santo-APEES³), constou a nacionalidade italiana. Nesse mesmo relato, AF revelou que o medo da guerra levou um jovem a fugir para o Brasil e se instalar em Santa Teresa, antigo Núcleo Timbuy. “Tinha guerra e eles tinham medo. O irmão da mamãe fugiu de lá. Era o mais velho, o ‘Gustim’. Ele veio um ano antes pra cá. Ele tava na idade de ser chamado no exército. Por isso, veio pra cá, para o Brasil. Depois de um ano, veio a família” (AF 2014, informação verbal). O fato pode ser comprovado com os documentos disponíveis no APEES. O documento indica a entrada de Agostino Corona e, quase um ano depois, a entrada de toda sua família (Projeto Imigrantes, APEES⁴). A filha de imigrantes italianos, AC (2012, informação verbal), contou que seu pai também emigrou para não prestar serviço militar em uma guerra.

Outro informante (I-01 2012, informação verbal) relatou que ouvia histórias sobre a insegurança das famílias e que, às vezes, o exército italiano recolhia os estoques de alimentos e o gado das famílias rurais para alimentar suas tropas envolvidas em guerras, e deixavam as famílias em sérias dificuldades. Ressaltamos que essa prática do exército italiano criava situações calamitosas tendo em vista que os estoques eram feitos como forma de sobrevivência durante o inverno rigoroso, comum no Norte da Itália. Essa informação também foi apresentada por Cavati (1973), quando o autor afirma que, na segunda metade do século XIX, “os exércitos não só requisitavam os produtos agrícolas, mas assolavam os campos” (Cavati 1973, 13). Biasutti cita

2 Nome não divulgado para garantir o anonimato do informante.

3 Disponível em: <http://www.ape.es.gov.br/imigrantes/Imigra.aspx>. Acesso em: 25 outubro 2013.

4 Registro de Entrada de Imigrante. Disponível em: <http://www.ape.es.gov.br/imigrantes/Imigra.aspx>. Acesso em: 25 outubro 2013.

o depoimento do poeta teresense Victor Biasutti, no qual claramente a insegurança é retratada: “Daí, guerras, lutas de conquistas, nocivas sempre à maioria menos avisada, violentada, indefesa... À ameaça da fome, cresçam-se sublevações, deportações, migrações em massa e mortes” (Biasutti 1994, 36).

O entrevistado MM (2014, informação verbal) ilustrou em seu depoimento a perda humana ocasionada pelas guerras. Ele contou que na família eram quatro irmãos, um deles seu bisavô. “Surgiu uma guerra [...], então dos quatro só sobrou meu bisavô, o pai da minha avó. Os outros morreram. Passado um tempo, a família tornou-se dona de uma padaria, mas surgiu uma outra guerra” (MM 2014, informação verbal). Então, o avô e os seis filhos, dentre eles a avó do entrevistado, emigraram para o Brasil. A decisão de emigrar foi narrada pelo entrevistado da seguinte forma: “Eles falaram assim: Puxa vida! Perdemos três da família e agora serão os nossos filhos que vão enfrentar a guerra! Eles fizeram uma reunião [e ponderaram] que aqui no Brasil era oferecida terra pra morar e pra viver. Vamos ficar lá um tempo” (MM 2014, informação verbal). A ideia, originalmente, era retornar quando a guerra terminasse, mas “acontece que eles vieram e nunca mais voltaram lá. E a guerra não ocorreu mais” (MM 2014, informação verbal).

126 ■ Talvez não estivesse para começar uma nova guerra, mas essa possibilidade amedrontava as famílias (Cavati 1973, 13). É importante ressaltar que, na segunda metade do século XIX, o serviço militar durava três anos e a obrigatoriedade militar continuava por meio de serviços em milícias e perfazia um período total de 12 anos. Os homens de 19 a 36 anos que não tivessem cumprido com essa obrigação eram perseguidos pelas autoridades militares (Grosselli 2008, 61). Cumprir o serviço militar significava estar à disposição do exército caso surgisse alguma guerra e isso não era um fato raro naquela época. Nos dois relatos já apresentados, servir ao exército em tempos de guerra era uma ideia que apavorava não somente os jovens, mas também suas famílias, que nos casos ilustrativos emigraram para conservar sua unidade.

Mas, havia outros fatores que contribuíram para a expulsão de grandes levas populacionais. A região do Trento no Norte da Itália, local de origem de grande parte dos imigrantes que se dirigiram para Santa Teresa, é marcada pelas Dolomitas. As Dolomitas formam um relevo montanhoso de grande beleza com 70% do território acima de mil metros de altitude, o que torna grande parte das terras pouco apropriadas para a agricultura (Grosselli 2008). Além das dificuldades do relevo montanhoso, no século XIX, as dimensões das propriedades rurais dessa região eram tão reduzidas que se tornaram insuficientes para garantir a sobrevivência familiar (Grosselli 2008; Nardi 2007; Saquet 2003). Este parece ter sido um aspecto relevante para a emigração da família da mãe do entrevistado TN (2012, informação verbal): “Achar um pedaço de terra, pra cada um trabalhar no que é dele. Por que lá [Itália], a maioria era de pouca terra”. AF (2014, informação verbal) também confirmou essa condição ao dizer: “A terra era pouca!” E cita ainda a superpopulação como uma das causas da emigração.

Associado a todo esse cenário desfavorável, outro fator importante de *push*, a superpopulação, levou as prefeituras do Norte da Itália a incentivarem a emigração

para o Brasil, como forma de reduzir os problemas do desemprego e o excesso de demanda por serviços públicos (Grosselli 2008). Dessa forma, a emigração era uma estratégia para aliviar as tensões sociais internas (Saquet 2003, 66).

Entretanto, as dificuldades enfrentadas pelos trentinos pareciam não acabar. Outros problemas atuaram como fatores *push*: algumas doenças atingiram as lavouras de uvas e, pouco depois, as criações de bicho-da-seda, atividades de grande importância para a economia local. No processo de formação do Estado italiano (1859), os mercados trentinos foram pressionados por impostos e taxas de importação e exportação. O Estado italiano cobrava diferentes impostos, e os agricultores estavam entre os mais explorados (Saquet 2003; Nardi 2007). Além disso, a queda dos preços dos produtos agrícolas agravava ainda mais a situação daquela população (Saquet 2003, 65).

Soma-se ao cenário o fato de a região ter sido atingida por três enchentes em menos de dez anos (1882, 1885 e 1889), o que levou à destruição de plantações e obras públicas. Os vales mais férteis foram destruídos pela violência da água que deixou o terreno pedregoso e saibroso (Grosselli 2008). Essas enchentes deixaram muitos camponeses na miséria (Cavati 1973, 13).

Por outro lado, concomitante à Revolução Industrial, novos valores também estavam chegando ao campo. Nas relações capitalistas, tudo podia ser comprado e vendido. A força de trabalho e a terra tornaram-se mercadoria, e colocaram em crise o estilo e o modo de vida daquela sociedade (Grosselli 2008, 69). Com a industrialização, o Norte da Itália tornou-se mais forte que o Sul, ainda agrário. Agricultores e artesãos eram expropriados do campo pela expansão das relações capitalistas de produção (Saquet 2003, 56; Filippon 2007, 18). A economia sofreu um rápido processo de redirecionamento, o que gerou um grande número de miseráveis (Grosselli 2008, 52).

Diante de um cenário tão desfavorável, é inegável que muitos dos que emigraram viviam em uma situação de extrema pobreza na Itália, fato que, atrelado a outros, foi ressaltado por diversos autores (Tamanini 1980; Cavati 1973; Derenzi 1974; Grosselli 2008; Ferreira 2008). Para Trento (1989, 30), entretanto, a pobreza foi a “única e verdadeira” causa da emigração transoceânica.

Não podemos desconsiderar também que alguns poucos podem ter emigrado pelo desejo da aventura, do sonho de enriquecer, de encontrar ouro e a terra prometida -a Canaã (Tamanini 1980; Derenzi 1974). O certo é que, na segunda metade do século XIX, a América se tornou uma válvula de escape e uma possibilidade de reconstituir aquela sociedade, mesmo que em terras distantes onde, na época, figuravam fatores que atraíram inúmeros italianos.

Os fatores de *pull* no contexto brasileiro

No mesmo período em que o Norte da Itália enfrentava tantos problemas, o Brasil apresentava um cenário favorável. Nesse cenário atrativo (fatores *pull*), destacamos: a necessidade de mão de obra, disponibilidade de terras e a ausência de guerras. Esses fatores se mostraram importantes para os imigrantes italianos e de outras partes

da Europa na época. O Brasil de meados do século XIX era pouco povoado e ainda possuía muitas regiões que poderiam ser caracterizadas como vazias demográficas. A ocupação era basicamente litorânea, situação que preocupava o governo imperial brasileiro (Trento 1989, 19).

Em termos produtivos, a América Portuguesa apresentava um modelo de produção marcado pelo latifúndio escravocrata, monocultor e exportador (Boni 1998, 11). Somente com a maioria de D. Pedro II, em 1840, o país conquistou a estabilidade política, o que permitiu que projetos de longo prazo pudessem ser desenvolvidos (Vieira 2008). Esse período coincide também com a expansão do café (Ferreira Júnior 2009, 21). A necessidade de substituir a mão de obra escrava tornou-se mais eminente a partir da extinção do tráfico de escravos em 1850 e, posteriormente, com a Lei do Ventre Livre em 1871. Na década de 1870, começou a faltar braços para as fazendas produtoras de café (Prado Júnior 1998). A partir desse período, a imigração estrangeira passou a ser prioridade nos projetos da monarquia brasileira. Outra justificativa seria a necessidade de mão de obra especializada que visava ao aumento e à expansão da produção agrícola, principalmente em áreas totalmente desabitadas (Nardi 2007).

128 ■ Com o início da imigração estrangeira para o Brasil, os primeiros grupos a se estabelecerem foram os alemães, os suíços e os açorianos (Prado Júnior 1998, 188). Na província do Espírito Santo, o início da imigração foi marcado pelo estabelecimento de alemães na Colônia Santa Isabel, a partir de 1848. Esse fato marcou o início da ocupação das terras do interior, como alternativa para transformar economicamente a Província e expandir o cultivo do café (Dadalto 2006, 186).

Cronologicamente, um fato determinante para a atração de imigrantes foi a promulgação da Lei de Terras (Lei 601, de 18 de setembro de 1850), que regulamentou a aquisição de terras devolutas por meio da compra, autorizou o Governo a promover a colonização estrangeira, demarcar prazos (lotes de terra), naturalizar estrangeiros estabelecidos a mais de dois anos, dentre outras disposições. Na prática, após a proibição do tráfico negreiro, a lei de terras incentivou a entrada de mão de obra livre e a ocupação de terras devolutas, o que promoveu o desenvolvimento econômico em várias áreas do país. Por outro lado, essa mesma lei manteve a posse da terra nas mãos dos grandes proprietários. Entretanto, não garantiu, em grande parte dos casos, que os imigrantes encontrassem condições favoráveis de vida. Os inquéritos oficiais apontaram inúmeras dificuldades e aspectos desfavoráveis que escaparam à política de migração praticada pelo governo brasileiro. Como consequência, em 1859, a Alemanha proibiu a imigração para o Brasil (Prado Júnior 1998, 188).

Para a Província do Espírito Santo, a imigração estrangeira representou a possibilidade de incrementar a economia local e ocupar as terras em direção ao interior, ainda cobertas por mata densa. A partir dos anos de 1870, com o incremento da cafeicultura, a escassez de mão de obra e a necessidade de ocupar terras devolutas, o governo brasileiro continuou a estimular a vinda de imigrantes (Grosselli 2008, 137-138). Nesse mesmo período, os Estados Unidos passaram a impor restrições à

imigração. Assim, o Brasil se tornou uma possibilidade considerável para milhares de italianos devido a uma série de medidas adotadas pelo governo brasileiro.

Segundo Prado Júnior (1998), a partir de 1870, a imigração para o Brasil tinha duas destinações: para as grandes lavouras e para a colonização em pequenos núcleos. Dessa forma, São Paulo atraiu mão de obra para a lavoura cafeeira e os estados do Sul e do Espírito Santo atraíram imigrantes para os núcleos coloniais, onde geralmente recebiam lotes de terra. “Não podem ser desconsiderados também [...] os fatores geopolíticos -a necessidade de proteção das fronteiras e de garantia da integridade do território nacional frente às ameaças da expansão imperialista européia, em curso no final do século XIX” (Colbari 1998, 130). Nesse sentido, a imigração colonizadora foi, segundo Constantino (2011, 2), o maior processo de reforma agrária realizado no Brasil, que transformou o cenário político, econômico e social do Sul do país. Assim, implantaram-se modelos de colonização semelhante lá e no Espírito Santo.

Para atrair os imigrantes, uma série de benefícios foi apresentada aos que optassem por se deslocarem para as terras brasileiras. O contrato que era oferecido aos imigrantes previa um lote de terras de aproximadamente 25 hectares (Posenato 1998, 236). O governo também oferecia trabalho remunerado em obras públicas por 18 meses e empréstimos em estabelecimentos fiscalizados pelo Estado (Nagar 1995). Entretanto, o que mais seduziu os imigrantes do Norte da Itália foi a possibilidade de conseguir um lote de terras: “Os meeiros da Itália não tinham o menor interesse em abandonar o próprio país para permanecer no mesmo sistema em terra estrangeira” (Posenato 1997, 80). No caso do Espírito Santo e, especificamente do Núcleo Timbuy, os números demonstraram que, do total de 36.663 imigrantes italianos que se estabeleceram nessa província, 4.197 fixaram-se na futura cidade de Santa Teresa.

Os entrevistados TN (2012, informação verbal) e AF (2014, informação verbal) realçaram a escassez de terras na Itália e o interesse de as famílias em obterem um lote de terra no Brasil. A possibilidade da terra se constituiu evidentemente em um fator de *pull* determinante na tomada de decisão de emigrar. Conseguir um lote de terra significava obter uma fonte de renda para toda a família. Especialmente, porque os filhos dos imigrantes, ao completarem 18 anos, também podiam requerer um lote de terra para trabalhar.

A seletividade de imigrantes

Os já citados trabalhos de Ravenstein (1980) e Lee (1980) ocuparam-se de um tema que será recorrente em outras abordagens: a seletividade dos migrantes. Ambos os autores apresentaram uma preocupação em analisar quais atributos individuais seriam responsáveis pela seleção positiva dos indivíduos que migram (Santos *et al.* 2010). Lee (1980) ressaltou que as migrações seriam sempre seletivas, e que os obstáculos intervenientes atuariam no sentido de eliminar a possibilidade da migração para os mais incapazes. A migração tenderia a ocorrer em certas etapas do ciclo de vida do indivíduo -o que também consiste em um fator de seleção dos migrantes-,

e o migrante tenderia a possuir características intermediárias entre a população do local de origem e a do local de destino (Santos *et al.* 2010). Além das características individuais dos migrantes -idade, sexo, educação, atividade profissional, por exemplo-, no caso da imigração italiana para o Espírito Santo, alguns critérios de seletividade dos imigrantes foram impostos pelo governo brasileiro.

A partir da análise das listas de imigrantes que se estabeleceram no Timbuí, publicadas por Müller (1925), e dos registros de entrada de imigrantes no APEES, percebemos que casais jovens com filhos eram praticamente um padrão. Observamos também a entrada isolada de jovens do sexo masculino; não foi identificado nenhum caso de registro de mulheres que entraram sozinhas nesse núcleo.

O projeto imigratório proposto pelo governo brasileiro, portanto, determinava uma série de características para aqueles que desejavam imigrar para o Brasil, dentre outras que “80% fossem agricultores, saudáveis, trabalhadores de boa moral, nunca menores de dois anos e nem maiores de 45 anos, salvo para os chefes de família” (Grosselli 2008, 76).

Em síntese, além da seletividade associada aos processos migratórios, no caso da imigração de italianos para o Espírito Santo, novos critérios foram determinados pelo governo brasileiro, interessado em recrutar no exterior um tipo específico de imigrante que pudesse atender às suas demandas. Nesse tipo de recrutamento, várias instituições agiram em conjunto.

Análises institucionais: o governo provincial do Espírito Santo e a política imigratória

As análises institucionais do fenômeno da migração ressaltam que, a partir do momento em que se estabelece um determinado fluxo migratório, várias instituições surgem com o intuito de contrabalançar o desequilíbrio entre o número de imigrantes que tem interesse em se dirigir para uma dada região e o número de imigrantes que essa região está efetivamente disposta a receber. Essas instituições -que podem ser privadas, públicas (como é o caso da imigração analisada) ou assistenciais- atuam de forma legal ou ilegal (Massey *et al.* 1993; Santos *et al.* 2010). Piore (1979), com sua Teoria do Mercado Dual de Trabalho, é o pioneiro nesse tipo de análise do fenômeno migratório. Segundo Piore, a migração internacional não teria como causa fatores de expulsão nos países de origem, mas sim fatores de atração nos países de destino, com os fluxos migratórios sendo estabelecidos a partir do recrutamento -realizado por instituições privadas ou públicas- de imigrantes nos países em desenvolvimento para atender às necessidades do mercado de mão de obra dos países desenvolvidos.

A proposta divulgada pelo governo brasileiro na Itália era atraente e aparentemente não oferecia grandes riscos para o migrante. Observamos que, no caso da Província do Espírito Santo, o governo não mediu esforços para atrair imigrantes, a fim de ocupar terras devolutas. Segundo o Cônsul italiano Nagar (1995), seriam oferecidos, dentre outros, a passagem, estadia nos primeiros tempos, um lote de terras de 25 hectares e empréstimos para iniciar os trabalhos de construção da casa e da lavoura. Ape-

sar de a estrutura oferecida para os imigrantes ser precária, o governo continuou com os trabalhos de abertura de estradas, demarcação de lotes e construção de barracões, que visavam efetivar o projeto de povoamento da província, oferecer melhores condições aos imigrantes e tornar os núcleos coloniais focos de imigração espontânea (Prado, 1876, 43). Uma outra tática importante, utilizada pelo governo imperial, era enviar encarregados para recrutar imigrantes. No caso do projeto migratório para o Espírito Santo, o primeiro a visitar as terras do Norte da Itália foi Pietro Tabacchi, “enviado pelo governo capixaba com o objetivo de agenciar imigrantes que deveriam ocupar lotes de terras onde seria inserido o cultivo do café, ou ainda, optar por um emprego nas cidades ou trabalhar em fazendas privadas” (Grosselli 2008, 76). Porém, como o próprio Nagar confirmou em sua visita ao Espírito Santo em 1895, na prática, o processo não se desenvolveu dessa forma. Os alojamentos eram barracões, as estradas muitas vezes não passavam de picadas abertas no meio da mata e os lotes de terra estavam cobertos por uma densa floresta que impunha muitas dificuldades à sobrevivência (Nagar 1995; Busatto 1990; Gasparini 2008).

A partir da contextualização histórica, feita anteriormente, dos locais de origem e destino do fluxo migratório, abre-se um cenário, a partir de 1873, propício ao surgimento de instituições agenciadoras que passaram a atuar como “caçadoras” de migrantes (Grosselli 2008, 76). Além de Tabacchi, muitos outros agenciadores atuavam no Norte da Itália. O irmão de Pietro Tabacchi, Carlo Tabacchi, também trabalhou agenciando imigrantes e, por vezes, trabalhou como tradutor no Núcleo Timbuy (Grosselli 2008). Em 1874, Caetano Pinto assinou um contrato com o governo brasileiro e foi incumbido de atrair italianos do Norte da Itália e da região de Trento. “Este contrato previa o compromisso de introduzir no país, no curso de uma década, 100.000 europeus [...]. Pinto receberia uma quantia considerável por cada imigrante que, através da organização, tocasse o solo brasileiro” (Grosselli 2008, 76).

Muitos administradores municipais, na Itália, também contribuíram para o agenciamento de emigrantes. O intuito era o de livrar o município de uma grande massa de miseráveis e, para isso, contaram com o apoio das igrejas cristãs que enviaram representantes religiosos para auxiliar os imigrantes no processo de adaptação no novo território (Grosselli 2008).

No caso dos imigrantes que se dirigiram para Santa Teresa (Núcleo Timbuy), primeiramente os agenciadores e depois parentes e amigos forneciam informações sobre o destino. Os custos da viagem eram muitas vezes custeados pelo governo do brasileiro. Ao chegarem, os imigrantes primeiramente ficavam alojados em barracões e depois eram enviados para seus próprios lotes de terra, onde teriam a possibilidade de cultivar a terra e obter seu sustento. Já as ligações com a parte da família que ficou na Itália eram mínimas, restringiam-se às cartas trocadas no decorrer de anos (Rasselli s/a).

Dessa forma, para que se estabelecesse um fluxo migratório, foi necessário ocorrer uma migração inicial a partir da qual um primeiro grupo de migrantes se dirigiu para locais desconhecidos e suportou os possíveis choques e custos da ino-

vação (Guilmoto e Sandron 2001, 140). Assim, para os imigrantes que chegaram nas primeiras expedições, o sofrimento foi maior, como descreveu a escritora Virgínia Tamanini em seu romance *Karina*. Já para os imigrantes que chegaram anos depois, as dificuldades foram bem menores que as dos pioneiros, pois encontraram no local uma rede social que os auxiliou, como veremos a seguir.

A cultura migratória e as redes migratórias

A cultura migratória tende a contribuir para uma futura migração. Com a migração, o indivíduo, tem a possibilidade de promover a sua mobilidade social e adquire o gosto por um padrão de vida que sua comunidade não pode oferecer (Massey *et al.* 1993, 452-453). Assim, algumas populações europeias como as do Trento e Vêneto, regiões do Norte da Itália, já estavam acostumadas a migrar dentro do próprio continente em busca de empregos temporários que possibilitassem garantir o sustento de suas famílias (Grosselli 2008; Truzzi 2008; Saquet 2003). A tradição de migrar contribuiu para a migração em cadeia (MacDonald e MacDonald 1964, 82) e, no caso do Espírito Santo, foi responsável pela chegada de um grande contingente de imigrantes italianos. “Chain migration can be defined as that movement in which prospective migrants learn of opportunities, are provided with transportation, and have initial accommodation and employment arranged by means of primary social relationships with previous migrants” (MacDonald e MacDonald 1964, 82)⁵.

A migração em cadeia move grupos de indivíduos, muitas vezes parentes, de um lugar para outro (Tilly 1976, 8). Esse tipo de migração favoreceu a vinda dos imigrantes italianos para o Brasil. Parentes, conterrâneos e agentes de propaganda forneciam informações da nova terra e estimulavam novas migrações (Truzzi 2008, 201; Nagar 1995; Grosselli 2008). Ao se estabelecer uma migração em cadeia, a vinda de amigos, parentes e vizinhos foi facilitada, pois os pioneiros ajudavam na inserção social, trabalho e adaptação à nova situação (Germani 1974, 162).

Segundo Massey (1988, 396), “migrant networks are sets of interpersonal ties that link migrants, former migrants, and non migrants in origin and destination are through the bonds of kinship, friendship, and shared community origin.”⁶. As redes de migração, já instituídas, “são o meio mais sólido de manter os fluxos migratórios” (Guilmoto e Sandron 2001, 149). Depois de alguns anos de estabelecida a cadeia migratória, o deslocamento é facilitado devido ao fato de grande parte da comunidade já haver emigrado; portanto, o processo de instalação e adaptação ao novo território torna-se menos doloroso. O informante AF (2014, informação verbal), conforme relatado no início deste artigo, afirmou que, assim que o seu tio se estabeleceu no

5 “A migração em cadeia pode ser definida como o movimento em que potenciais migrantes são informados de oportunidades, lhes são fornecidos meios de transporte, alojamento inicial e emprego arranjado por meio de relações primárias com emigrantes anteriores” (tradução livre).

6 “Uma rede de migrantes, ou seja, conjuntos de laços interpessoais que ligam migrantes, ex-migrantes e não migrantes nos lugares de origem e de destino por meio do parentesco, amizade e origem comunitária compartilhada” (tradução livre).

Núcleo Timbuy, enviou notícias à família na Itália. Os parentes logo se organizaram para migrar também. Outro caso foi relatado pela senhora MS (2014, informação verbal): a história de um jovem, amigo de sua família, que fugiu da Itália para não se casar e partiu em direção ao Brasil. O rapaz foi acolhido pelo avô da senhora MS e estabeleceu-se em Santa Teresa. MS (2014, informação verbal) também afirmou que a família de seu avô, nos primeiros tempos no novo território, também recebeu ajuda de outros italianos que já estavam estabelecidos na região: “Eles ajudaram, até com comida pra eles comerem” (MS, 2014, informação verbal).

Após alguns anos do início do fluxo migratório para a Colônia Santa Leopoldina e para o Núcleo Timbuy, um dos engenheiros chefe desta colônia, reconheceu que faltava propaganda para atrair os imigrantes; no entanto, os que aqui já haviam se estabelecido continuavam a chamar seus parentes (Fundo de Agricultura, Livro 27, 49).

As informações eram trocadas por meio de cartas. O envio dessas cartas foi reconhecido, em 1874, pelo Diretor Interino da Província do Espírito Santo:

Cachoeiro de Santa Leopoldina, 17 de novembro de 1874.

Ao diretor da Secretaria da Agricultura Comércio e Obras Públicas remetendo a pretensão de uma família de italianos que para esta Colônia se querem emigrar.

Tendo essa diretoria em suas mãos um abaixo-assinado de cem famílias de italianos tirolezes que desejam emigrar para esta colônia e pretendem estabelecer-se juntamente com seus parentes no Timbuy, mas que por intermédio dos mesmos solicitarão um prospecto dos favores aqui concedidos aos emigrantes, a fim de poderem resolver definitivamente sobre sua vinda [...] dos que para aqui vieram já muitos estão estabelecidos e segundo todas as probabilidades os que vierem de hoje em diante, já encontrando um núcleo de parentes e patrícios, com muito mais facilidade se fixarão. [...] Assinado o Diretor interino Pedro Albuquerque Rodrigues. (Fundo de Agricultura, livro 13, 25).

Esses casos ilustram a importância das famílias e do domicílio no processo migratório. As redes sociais forneceram certa segurança ao migrante e facilitaram a adaptação ao novo território. Lançar-se a uma aventura migratória podia ser algo perigoso, mas o apoio de amigos e/ou parentes podia minimizar esse risco.

Por diversas vezes, observamos em ofícios endereçados à Comissão de Terras e Colonização da ex-colônia Santa Leopoldina (Fundo de Agricultura, Livro 27, 27v, 34v, 46v, 60, 73v), a qual pertencia o Timbuy, italianos estabelecidos nesse núcleo, que oficializavam petições de passagens do Reino da Itália para o Núcleo Timbuy ou Porto de Vitória.

Comissão de Terras e Colonização do ex-núcleo Santa Leopoldina

Vila do Cachoeiro de Santa Leopoldina, em 19 de março de 1888

Passo às mãos de V. S^a as inclusas petições de dois colonos que pedem ao Governo Imperial passagem para parentes seus, desde o Reino da Itália até o Núcleo Timbúy, desta colônia. (Fundo de Agricultura, Livro 27, 60).

Os primeiros imigrantes confiaram em propagandas e migraram rumo ao desconhecido. No entanto, a viagem de seus parentes foi facilitada pelo apoio e informações fornecidas pelos que já estavam estabelecidos no Núcleo. Se inicialmente os recém-chegados foram obrigados a se alojarem em barracões insalubres, os imigrantes que chegaram posteriormente puderam contar com a ajuda de parentes e amigos, o que minimizou consideravelmente o sofrimento inicial e demonstrou a importância dos laços familiares.

As abordagens com foco na família e no domicílio

Há uma considerável quantidade de trabalhos sobre o tema migração que utilizaram modelos de análise com maior foco no âmbito da família e do domicílio como locus da tomada de decisão de migrar (De Jong e Gardner 1981; De Jong, Warland e Davis Root 1998; Fawcett 1989; Harbison 1981; Mincer 1978). O grupo de teóricos que ficou conhecido como Novos Economistas da Migração do Trabalho (Stark e Bloom 1985; Stark e Taylor 1989; 1991; Taylor 1986) apresentou, como pressuposto básico de sua teoria, que a decisão de migrar é tomada por um grupo maior de pessoas que estão de alguma forma ligadas -família, domicílio, ou outra unidade de produção ou consumo que é culturalmente definida- e não por indivíduos isolados. Outro ponto destacado por esses teóricos é o fato de que os indivíduos, ao decidirem migrar, agiriam coletivamente visando minimizar os riscos e não apenas maximizar os seus ganhos (Taylor 1986).

Harbison (1981) também discute os diferentes aspectos relacionados à família que podem afetar a migração. Harbison ressalta que a estrutura familiar: “Pode incluir não apenas pessoas com laços de parentesco, presentes ou ausentes, mas a natureza das relações entre elas, definidas por direitos e deveres, status relativo e padrões de autoridade” (Harbison 1981, 228). A família “é frequentemente dispersa geograficamente e a rede social criada pelos parentes em diferentes regiões é um importante componente no processo de tomada da decisão de migrar” (Harbison 1981, 251). O fato de receber informações sobre a área de destino, provenientes de membros familiares que tenham migrado anteriormente, aumentaria a expectativa de sucesso com o movimento migratório, e a rede social constituída por esses familiares tinha um papel fundamental no suporte ao migrante recém-chegado ao local de destino, como vislumbramos em alguns relatos.

Em propriedades de terra com dimensões reduzidas, que já não eram suficientes para manter o sustento das famílias de agricultores (Grosselli 2008), a possibilidade de conseguir um lote de terra seria uma oportunidade de trabalho para toda a família. No caso dos imigrantes que vieram colonizar as áreas rurais do Espírito

Santo, a decisão de migrar foi uma decisão familiar (Truzzi 2008, 204). Em cinco das seis entrevistas selecionadas, observamos que toda a família migrou. A partir de listas de imigrantes divulgadas por Müller (1925), Ruschi (1976) e outras disponíveis em acervos organizados em comunidades locais e no próprio APEES, percebemos ser mais comum a entrada de famílias do que de jovens sozinhos.

Como já ressaltado anteriormente, a busca pela paz e a manutenção da integridade da família foram também um importante motivador da decisão de migrar. Mais do que maximizar ganhos, as famílias italianas, que povoaram o Núcleo Timbuy, queriam fugir das ameaças das guerras pela unificação do país, encontrar a paz e a segurança para seus filhos em idade para servir o exército.

Como dito anteriormente, esses e outros fatores, como o reduzido tamanho das propriedades rurais, os altos impostos, as dificuldades financeiras e os novos valores capitalistas que estavam chegando no campo, estavam colocando em crise a velha estrutura familiar (Grosselli 2008). Migrar representava, nesse contexto, a preservação da estrutura e da unidade familiar, além, é claro, de promover a melhoria do padrão de vida desta.

Considerações finais

Os documentos pesquisados e os depoimentos apresentados apontam características do contexto histórico italiano e brasileiro na época de formação do Núcleo Timbuy, atual município de Santa Teresa (ES). A bibliografia indica uma população italiana amedrontada pelas guerras e um Brasil com uma economia em expansão, que disponibilizava terras para a colonização com imigrantes europeus. Os relatos mostram também que muitos imigrantes, mesmo em uma conjuntura favorável, preferiram abrir mão dessa condição para manter a unidade familiar e evitar a perda de outros parentes próximos. As histórias de fuga do Norte da Itália pareciam ser comuns naquele período, quando jovens e famílias inteiras emigraram, algumas delas fugindo das autoridades locais. O serviço militar, em muitos casos, gerava o medo e a miséria às famílias, que não só perdiam mão de obra trabalhadora nos campos, mas seus próprios filhos para as forças armadas (Grosselli 2008, 59-68). Especificamente no caso de Santa Teresa (Núcleo Timbuy), os relatos nos revelam uma Itália com dimensões de terras agricultáveis reduzidas, que não fornecia em suas fronteiras condições de comportar tantos habitantes. Para o camponês que garantia seu sustento a partir de sua propriedade, um terreno com pequenas dimensões dificultava sua sobrevivência. Assim, conquistar seu lote de terra em uma terra distante era algo importante (Zanini 2007; Saquet 2003).

Em resumo, para Guilмотo e Sandron (2001, 135), “na escala global, a migração resulta do desequilíbrio estrutural entre os sistemas produtivos que entram em contato pela extensão histórica de trocas”. Assim, se por um lado, o Norte da Itália enfrentava crises e o governo não encontrava solução para resolver os problemas de milhares de trabalhadores, por outro, no Brasil, o governo do Espírito Santo disponibilizava terras para os imigrantes. Entretanto, para além dessa perspectiva dos fatores de *push* e *pull*,

outras perspectivas encontraram diálogo com o contexto estabelecido no caso da imigração que configurou o território de Santa Teresa (Núcleo Timbuy).

Os depoimentos trouxeram informações significativas sobre as redes sociais. Elas deram certa segurança ao migrante e facilitaram a adaptação ao novo território. Lançar-se a uma aventura migratória tornou-se menos arriscado com o apoio de amigos e/ou parentes. Em vários momentos, os entrevistados revelaram a importâncias dos laços familiares e da formação do domicílio no local de destino. Cada imigrante estabelecido tornou-se um ponto de referência e de amparo para aqueles que pretendiam iniciar o processo migratório, agenciados de diversas maneiras.

Em suma, com o referencial teórico apresentado, podemos confirmar que o processo imigratório para o Espírito Santo foi impulsionado por fatores de repulsão no Norte da Itália no século XIX e fatores de atração no território capixaba. Com o auxílio de instituições agenciadoras, milhares de camponeses trentinos foram trazidos para o estado com o intuito de suprir a necessidade de mão de obra e ocupar terras até então com pouca ou nenhuma ocupação.

Por fim, foram destacados outros fatores também importantes para o estabelecimento desse fluxo migratório, com destaque para a existência de uma cultura migratória -muitos italianos já estavam acostumados a migrar dentro da Europa para conseguir trabalho-; a formação de redes sociais que davam informações de Santa Teresa para familiares e compatriotas, além de, em muitos casos, fornecer auxílio nos momentos iniciais do estabelecimento dos novos imigrantes; por fim, o fato de a migração representar a possibilidade de manter a unidade familiar e impulsionar melhorias financeiras.

Deve ser destacado que a análise do fluxo migratório que se constituiu no final do século XIX entre o Norte da Itália e o estado do Espírito Santo, no Brasil, ilustra bem o quão complexo é a migração enquanto objeto de estudo, com as abordagens escolhidas para o diálogo neste artigo representando apenas uma das inúmeras formas possíveis de se abordar o fenômeno.

Referências

Fontes primárias

1. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES). Vitória-Brasil. Projeto Imigrantes, Fundo de Agricultura. Livro 13 e Livro 27.
2. Prado, Manoel José de Menezes. 1876. *Relatório apresentado pelo Exm^o. Sr. Dr. Manoel José de Menezes Prado na instalação da Assembléa Provincial do Espírito Santo na sessão de 15 de outubro de 1876*. Vitória: Typografia do Espirito-Santense.

Fontes secundárias

3. Biasutti, Luiz Carlos. 1994. *No Coração Capixaba: 120 anos de História da mais antiga colônia italiana no Brasil: Santa Teresa-ES*. Belo Horizonte: Barvalle.
4. Boni, Luís Alberto de. 1998. "Imigração Italiana no Brasil". Em *Imigração italiana no Espírito Santo: uma aventura colonizadora*, editado por Aurélia Castiglioni, 11-24. Vitória: UFES.

5. Busatto, Luiz. 1990. "Dilemas do imigrante italiano no Espírito Santo". Em *A presença italiana no Brasil*, editado por Luis Alberto de Boni, 241-258. Porto Alegre: Escola Superior de teologia e Fondazione Giovanni Agnelli.
6. Busatto, Luiz. 2002. *Estudos sobre imigração italiana no Espírito Santo*, 27 de abril de 2013, <http://www.estacaocapixaba.com.br/>
7. Cavati, João Batista. 1973. *História da imigração Italiana no Espírito Santo*. Espírito Santo: Editora São Vicente.
8. Colbari, Antônia. 1998. "Família e Trabalho na Cultura dos imigrantes italianos". Em *Imigração Italiana no Espírito Santo: uma aventura colonizadora*, editado por Aurélia H Castiglioni, 129-146. Vitória: UFES.
9. Constantino, Núncia Santoro de. 2011. *Estudos de imigração italiana: tendências historiográficas no Brasil meridional*. São Paulo: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História-ANPUH.
10. Dadalto, Maria Cristina. 2006. "Relacionamento interétnico e memória: narrativas de colonizadores do norte do Espírito Santo". *Dimensões* 18:186-202.
11. De Jong, Gordon F. e Robert W. Gardner. 1981. "Introduction and Overview". Em *Migration Decision Making: Multidisciplinary Approaches to Microlevel Studies in Developed and Developing Countries*, editado por Gordon F. De Jong y Robert W. Gardner, 1-10. Nova York: Pergamon Press.
12. De Jong, Gordon F., Rex. H. Warland e Brenda Davis Root. 1998. "Family Interaction and Migration Decision Making". *Research in Rural Sociology and Development* 7:155-167.
13. Derenzi, Luiz Serafim. 1974. *Os italianos no estado do Espírito Santo*. Rio de Janeiro: Artenova.
14. Fawcett, James T. 1989. "Networks, Linkages, and Migration Systems". *International Migration Review* 23 (3): 671-680.
15. Ferreira Junior, Silvio Pinto. 2009. *Festas "italianas" em São Paulo e a proteção do patrimônio imaterial: a identidade de grupo no contexto diversidade*. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
16. Ferreira, Rodrigo Paste. 2008. *Luta e Labuta: O papel econômico da mulher imigrante na região de Venda Nova do Imigrante (ES)*. Vitória: UFES.
17. Filippin, Maria Isabel. 2007. *A casa do imigrante italiano, a linguagem do espaço de habitar*. Caxias do Sul: Universidade Federal de Caxias do Sul.
18. Gasparini, Sandra. 2008. *Santa Teresa: Viagem no Tempo 1873-2008*. Santa Teresa: Gráfica GSA.
19. Germani, Gino. 1974. *Sociologia da modernização: estudos teóricos, metodológicos e aplicados a América Latina*. São Paulo: Mestre Jou.
20. Grosselli, Renzo. 2008 [1952]. *Colônias imperiais na Terra do Café: Camponeses trentinos (vênetos e lombardos) nas florestas brasileiras*. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.
21. Guilmoto, Christophe Z. e Frederic Sandron. 2001. "The internal dynamics of migration networks in developing countries". *Population: an English Selection* 13 (2): 135-164.
22. Harbison, Sarah F. 1981. "Family Structure and Family Strategy in Migration Decision Making". Em *Migration Decision Making: Multidisciplinary Approaches to Microlevel Studies in Developed and Developing Countries*, editado por Gordon F. De Jong y Robert W. Gardner, 225-251. Nova York: Pergamon Press.
23. Harris, John R. e Michael P. Todaro. 1970. "Migration, unemployment and development: a two-sector analysis". *The American Economic Review* 60 (1):126-142.
24. Lee, Everett S. 1980. "Uma teoria sobre a migração". Em *Migração interna, textos selecionados*, editado por Hélio Moura, 89-114. Fortaleza: BNB/ENTENE.
25. Lewis, W. Arthur. 1954. "Economic development with unlimited supplies of labour". *Manchester School* 22 (2):139-191.

26. MacDonald, Leatrice e John S. MacDonald. 1964. "Chain Migration, Ethnic Neighborhood Formation and Social Networks". *The Milbank Memorial Fund Quarterly* XLII (1): 82-96.
27. Massey, Douglas. S., Joaquim Arango, Graeme Hugo, Ali Kouaouci, Adela Pellegrino e J. Edward Taylor. 1993. "Theories of International Migration: a Review and Appraisal". *Population and Development Review*, 19 (3): 431-466.
28. Massey, Douglas. 1988. "Economic Development and International Migration in Comparative Perspective". *Population and Development Review* 14 (3): 383-413.
29. Mincer, Jacob. 1978. "Family Migration Decisions". *The Journal of Political Economy* 86 (5): 749-773.
30. Müller, Frederico. 1925. *Fundação e factos históricos de Santa Thereza: Estado do espírito santo*. Vitória: Diário da Manhã Marcondes & C.
31. Nagar, Carlo. 1995. *O Estado do Espírito Santo e a Imigração Italiana-1895: Relato do Cavalheiro Carlo Nagar cônsul real em Vitória*. Vitória: Arquivo Público Estadual.
32. Nardi, Orni. 2007. *O meio rural da Quarta Colônia de Imigração Italiana como tema e cenário turístico*. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria.
33. Piore, Michael J. 1979. *Birds of passage: Migrant labor in industrial societies*. Cambridge: Cambridge University Press.
34. Posenato, Júlio. 1997. *Arquitetura da Imigração Italiana no Espírito Santo*. Porto Alegre: Posenato Arte & Cultura.
35. Posenato, Júlio. 1998. "Arquitetura e imigração italiana no Espírito Santo". Em *Imigração Italiana no Espírito Santo: uma aventura colonizadora*, editado por Aurélia H. Castiglioni, 230-247. Vitória: UFES.
36. Prado Junior, Caio. 1998. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense.
37. Ranis, Gustav e John C. H Fei. 1961. "A Theory of Economic Development". *The American Economic Review* 51 (4): 533-565.
38. Rasseli, Luiz Antônio. s/a. *Família Rassele (Rasseli): Quase 200 anos de história*. Belo Horizonte: s/ed.
39. Ravenstein, Ernest. 1980 [1885]. "As leis das migrações". Em *Migração interna, textos selecionados*, editado por Hélio Moura, 25-88. Fortaleza: BNB/ENTENE.
40. Ruschi, Augusto. 1976. "Resumo Histórico de Santa Teresa". *Boletim do Museu de Biologia Mello Leitão* Jul: 236-376.
41. Santos, Mauro Augusto, Alisson Flávio Barbieri, José Alberto Magno De Carvalho e Carla Jorge Machado. 2010. *Migração: uma revisão sobre algumas das principais teorias*. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar.
42. Saquet, Marcos Aurelio. 2003. *Os tempos e os territórios da colonização italiana: O desenvolvimento econômico na colônia Silveira Martins (RS)*. Porto Alegre: Edições EST.
43. Sjaastad, Larry A. 1962. "The Costs and Returns of Human Migration". *The Journal of Political Economy* 70 (5): 80-93.
44. Stark, Oded e David E. Bloom. 1985. "The New Economics of Labor Migration". *The American Economic Review* 75 (2): 173-178.
45. Stark, Oded e J. Edward. Taylor. 1989. "Relative deprivation and international migration". *Demography* (26) 1: 1-14.
46. Stark, Oded e J. Edward. Taylor. 1991. "Migration Incentives, Migration Types: The Role of Relative Deprivation". *The Economic Journal* 101 (408): 1163-1178.
47. Tamanini, Virginia. 1980. *Karina: Romance*. Brasília: s/ed.
48. Taylor, J. Edward. 1986. "Differential Migration, Networks, Information and Risks". Em *Migration, Human Capital and Development*, editado por Oded Stark, 147-171. Greenwich, Connecticut: Jai Press Inc.

49. Tilly, Charles. 1976. *Migration in Modern European History*. Ann Arbor: University of Michigan.
50. Todaro, Michael P. 1980. "A migração da mão-de-obra e o desemprego urbano em países subdesenvolvidos". Em *Migração interna, textos selecionados*, editado por Hélio Moura, 145-172. Fortaleza: BNB/ENTENE.
51. Trento, Angelo. 1989. *Do outro lado do Atlântico: um século de imigração*. São Paulo: Instituto Cultural Ítalo-brasileiro.
52. Truzzi, Oswaldo. 2008. "Redes e processos migratórios". *Tempo Social, Revista de Sociologia da USP* 20 (1): 199-218.
53. Vieira, Sílvia Bittencourt Spricigo. 2008. *Panorama da Implantação Urbana e Arquitetônica das Colônias de Imigração Italiana em Santa Catarina*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina.
54. Zanini, Maria Catarina Chitolina. 2007. "Um olhar antropológico: Sobre fatos e memórias da imigração italiana". *Mana* 13 (2): 521-547.